

Geopolítica lusa na Amazônia Amapaense: Cartografia, catequese e políticas pombalinas na construção do domínio fronteiriço (Séculos XVII-XVIII)

Jodson Cardoso de Almeida

Mestre em Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: jodson.almeida@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7490-9394>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5228800133565259>

Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Doutorado em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: ricardo@unifap.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3532-422X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1993748824383678>

Carlos Alexandre Leão Bordalo

Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: carlosalbordalo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8459-7355>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1253955182585852>

RESUMO

Com o avanço da colonização europeia, especialmente a partir do século XVII, as porções insulares e continentais do baixo Amazonas passaram a desempenhar função estratégica nas ações de posse, defesa e domínio do território pela Coroa Portuguesa sobre a região setentrional do Brasil. A construção de guarnições militares e a fundação de vilas com nomes inspirados em localidades portuguesas, como parte das reformas pombalinas, foram taticamente inseridas em cartas náuticas, evidenciando o uso da cartografia e da toponímia como instrumentos de legitimação do poder territorial. Diante desse cenário, o presente trabalho objetivou analisar as multifacetadas táticas de defesa e dominação empregadas, com foco na instrumentalização da catequese jesuíta, nas políticas de centralização pombalina, na reconfiguração espacial e toponímica, bem como no papel crucial da cartografia como instrumento de poder e legitimação territorial. Para tanto, adotou-se uma abordagem histórica-geográfica, metodologicamente fundamentada em revisão bibliográfica e na análise de documentos históricos e cartográficos. Como resultado, a pesquisa revelou que a consolidação do domínio português na foz do Amazonas, em especial na porção territorial amapaense, entre os séculos XVII e XVIII, foi um processo complexo, instrumentalizado pelas missões religiosas e as políticas de centralização estatal, abrangendo ações defensivas materializadas na edificação de fortificações e reconfiguração espacial e toponímica do território. Nesse contexto, a cartografia emergiu como um instrumento geopolítico fundamental, não apenas para demarcar limites, mas para legitimar reivindicações e atuar nas disputas territoriais, assegurando a soberania territorial e demonstrando como o território é uma construção imbuída de relações de poder.

Palavras-chave: Foz do Rio Amazonas. Disputas Territoriais. Cartografia Histórica. Amapá. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As porções territoriais do sul e do sudeste do Estado do Amapá emergem historicamente como *loci* fundamentais e multifacetados na produção e uso do território na foz do rio Amazonas. Suas camadas geotemporais remontam a períodos anteriores à chegada dos colonizadores europeus, quando povos indígenas como os Tucujus, Nheengaybos e Aruans habitavam a região, estabelecendo relações simbióticas com os recursos naturais e moldando uma geografia própria.

Com o avanço da colonização europeia, especialmente a partir do século XVII, as porções insulares e continentais do baixo Amazonas passaram a desempenhar função estratégica nas ações de posse, defesa e domínio da Coroa Portuguesa sobre a região setentrional do Brasil. A construção de guarnições militares e a fundação de vilas com nomes inspirados em localidades portuguesas, como parte das reformas pombalinas, foram taticamente inseridas em cartas náuticas, evidenciando o uso da cartografia e da toponímia como instrumentos de legitimação do poder territorial. Os mapas, nesse contexto, constituíam ferramentas essenciais de identificação, de reconhecimento e de reivindicação da propriedade do território (Lima; Chaves, 2022). Assim, a imposição de uma nova ordem territorial, tanto material quanto simbólica, foi marcada pela substituição de topônimos originários e pela exploração intensiva da natureza para a edificação de praças de guerra, como o forte de São José, em Macapá. Este modelo de dominação estendia-se para além da ocupação física do território, alcançando a subjetividade dos povos autóctones.

Diante desse intrincado cenário, o presente artigo faz uma reflexão sobre a abordagem estratégica do Reino de Portugal em estabelecer e consolidar seu domínio territorial na Amazônia Amapaense entre os séculos XVII e XVIII, uma região marcada pela forte presença indígena e pela cobiça de outras potências europeias. Objetiva-se, portanto, analisar as multifacetadas táticas de defesa e dominação empregadas, com foco na instrumentalização da catequese jesuíta, nas políticas de centralização pombalina, na reconfiguração espacial e toponímica, bem como no papel crucial da cartografia como instrumento de poder e legitimação territorial.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem histórica-geográfica, metodologicamente fundamentada em uma significativa revisão bibliográfica, enquanto arcabouço teórico-crítico, além de análises de documentos históricos e de mapas antigos, relativos ao período luso de ocupação da região do Baixo Amazonas. Como resultado, a pesquisa revelou que a consolidação do domínio português na foz do Amazonas, em especial na porção territorial amapaense, entre os séculos XVII e XVIII, foi um processo complexo, que articulou a instrumentalização da catequese jesuíta para a submissão e apagamento identitário dos povos originários, e as políticas de centralização pombalina, as quais incluíram uma robusta defesa militar materializada na edificação de fortificações e uma reconfiguração espacial e toponímica do território.

Este trabalho está dividido em duas seções principais. A primeira aborda as estratégias de afirmação

e consolidação do domínio lusitano no estuário amazônico, enquanto a segunda se dedica à cartografia como instrumento de poder nas disputas territoriais no Amapá. Assim, ao revisitar criticamente os processos de ocupação e contestação territorial na Amazônia amapaense, busca-se compreender a complexa tessitura desse recorte espacial.

2 AS ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO LUSITANO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Entre os séculos XVII e XVIII, a Coroa Portuguesa implementou sagazes estratégias para afirmar e consolidar seu domínio na Amazônia Amapaense. Essas iniciativas perpassaram as fases iniciais da ocupação, marcadas pela intensa presença indígena e pela instrumentalização da catequese jesuíta, e avançaram para a reorientação política do período pombalino, caracterizada pela centralização estatal, pela robusta defesa territorial e pela reconfiguração espacial e toponímica da região frente às disputas fronteiriças.

2.1 VULNERABILIDADE E OCUPAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO: A PRESENÇA INDÍGENA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CATEQUESE JESUÍTA (SÉCULO XVII - METADE DO SÉCULO XVIII)

Em meados do século XVII, a fase inicial da colonização portuguesa no Norte do Brasil foi marcada pela percepção de vulnerabilidade territorial do vale amazônico, somada à crescente ameaça de incursões de outras nações europeias que também cobiçavam o ‘novo’ continente. Esse cenário impeliu os portugueses a implementar medidas geopolíticas destinadas a consolidar o controle sobre a vasta região Amazônica brasileira. Tais ações incluíram a construção de guarnições militares, a formação de núcleos de apossamento e a criação de assentamentos estratégicos, como "São Luís do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665)" (Tavares, 2007, p. 2, grifo nosso).

Em 1636, a ocupação de Macapá, situada na latitude zero e próxima à Barra Norte do rio Amazonas, constituía apenas um ponto de interesse tático ou uma incipiente tentativa de afirmação do domínio português nas terras amapaenses. Naquela época, essa região equinocial carecia de estrutura administrativa consolidada, sendo predominantemente habitada por populações nativas e desprovida de instrumentos efetivos de controle territorial (Santos, 2001).

Somente em 1758, após mais de um século, o então povoado, situado em um dos redutos dos indígenas Tucujus, alcançou o status de Vila. Tal promoção foi oficializada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal e governador do Grão-Pará, que a denominou como Vila de São José de Macapá, nome que precede a atual cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

A elevação a categoria de Vila representou um marco institucional crucial na ocupação lusitana da

Amazônia Amapaense. Com esse novo status, Macapá integrou-se formalmente à estrutura colonial portuguesa, passando a dispor de um governo local com aparato administrativo próprio, e transcendendo seu papel anterior de mera ocupação estratégica voltada à vigilância militar em um território predominantemente tucuju.

No contexto de redefinição administrativa e estratégica, a presença indígena, especialmente a dos Tucujus, desempenhava um papel central na conformação territorial da região. Conforme Santos (2001), os Tucujus eram povos originários que habitavam a faixa de terra entre “o rio Jari e a margem esquerda do rio Amazonas, ou seja, desde o [rio] Paru até a foz” (p. 16). De acordo ainda com esse autor (*ibid.*), a notável presença desse grupo indígena fez com que a área, inicialmente identificada pelos portugueses como território dos Tucujus, fosse posteriormente nomeada Tucujulândia, evidenciando a importância desse grupo étnico na paisagem humana e geográfica antes e durante o sistema colonial. A percepção portuguesa da densidade populacional e da organização desses povos tornava o controle e a integração dos Tucujus um vetor indispensável à consolidação efetiva do domínio lusitano na região.

Nesse cenário, os Tucujus se distribuíam ao longo da planície aluvial, ocupando porções territoriais insulares e continentais, sobretudo nas terras amapaenses banhadas pelo canal norte do rio Amazonas. Embora prevalecessem no sul e sudeste do Amapá, outras comunidades indígenas também coabitavam nessa região, como os Nheengaybos e os Aruans (Santos, 2001).

Diante da vasta e complexa presença indígena e da ineficácia das primeiras tentativas de escravizá-los, a Coroa Portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, reorientou sua estratégia, enviando missões religiosas para a evangelização dos povos originários. A atuação missionária dos jesuítas, em particular, buscou promover uma coexistência aparentemente pacífica entre colonizadores e indígenas, mediada por um processo catequético de caráter educacional e doutrinário. Contudo, apesar de seu discurso de integração religiosa e cultural, o objetivo subjacente era a submissão dos recém-convertidos ao projeto colonial.

Dessa forma, a catequização dos povos originários não se limitou à esfera religiosa, mas se revelou um instrumento crucial para viabilizar o propósito estratégico de interiorização do domínio colonial. Conforme Tavares (2007), essa prática favoreceu a expansão do controle territorial lusitano, permitindo o alcance de áreas silvícolas progressivamente mais distantes das margens dos grandes rios.

Portanto, embora a catequização fosse apresentada como uma iniciativa missionária de cunho altruísta e humanitário, visando aproximação, pacificação e salvação espiritual, é imperativo reconhecer que essa prática, em sua essência, constituiu um método eclesiástico colonial. Estruturada por meio de atividades pedagógicas e estratégias de abordagem, a catequese esteve profundamente articulada a um projeto intrínseco de dominação sociocultural.

A educação religiosa consolidou uma forma sofisticada de controle social, muitas vezes disfarçada sob os pretextos de civilização e fé. A eficácia dessa estratégia é amplamente debatida na literatura. Ribeiro

(1995), por exemplo, descreve a catequese como um mecanismo de reprogramação cultural, moldando os indígenas para se tornarem sujeitos úteis ao projeto colonial. Corroborando essa perspectiva, Oliveira (2006) argumenta que a evangelização operou como uma tecnologia de poder, responsável pelo apagamento de identidades originárias e pela naturalização da subordinação ao domínio lusitano. Essa instrumentalização da religião na colonização latino-americana também é denunciada por Galeano (2014). Em uma perspectiva teórica mais abrangente, Foucault (1987) oferece uma lente valiosa ao discutir como práticas educativas podem funcionar como dispositivos disciplinares, voltados à docilização dos corpos e à produção de subjetividades submissas. Por fim, Cunha (2009) adverte sobre os efeitos da aculturação promovida por projetos civilizatórios, que frequentemente ignoram ou apagam a complexidade das culturas indígenas.

Evidencia-se, portanto, que o projeto colonial luso-ibérico, ao se valer da educação doutrinária e da modelagem identitária imposta pelos jesuítas, transcendeu a mera ocupação física do território. Consolidou-se, assim, como uma profunda intervenção na subjetividade dos povos originários, os quais eram culturalmente reprogramados para pensar, agir e até sentir segundo os valores cristãos coloniais vigentes. Esse processo, com frequência, culminava no apagamento das identidades ancestrais indígenas e na internalização da lógica de dominação dos agentes hegemônicos, estabelecendo um sistema de poder que operava não apenas sobre os corpos, mas, crucialmente, sobre as consciências.

2.2 A CENTRALIZAÇÃO POMBALINA, DEFESA E REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL (METADE DO SÉCULO XVIII)

A estratégia de aculturação dos habitantes nativos, centralizada na evangelização e na catequese como instrumentos de controle e domínio social, configurou a primeira fase da colonização amazônica. Entretanto, em meados do século XVIII, o Estado português orquestrou uma significativa inflexão geoestratégica, ao implementar reformas profundas no sistema administrativo e político da colônia. Essas transformações, lideradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, inauguraram uma nova etapa do projeto colonial, caracterizada pela substituição gradual da influência das missões religiosas por políticas de centralização estatal e reorganização socioterritorial.

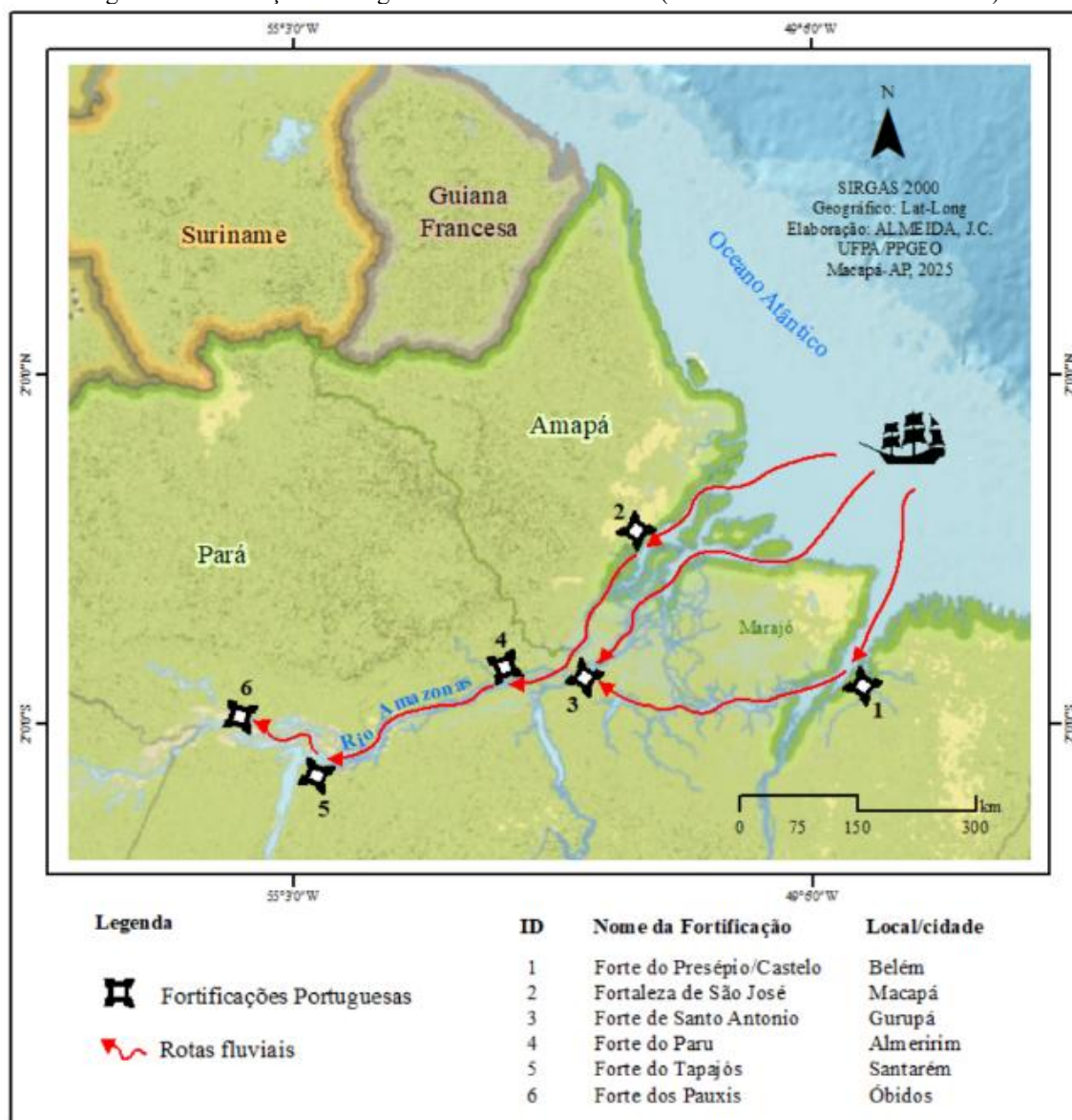
Nesse contexto, as reformas pombalinas, conforme analisa Tavares (2007), redefiniram substancialmente o significado e o conteúdo dos territórios tradicionalmente ocupados pelas nações indígenas amazônicas. Isso ocorreu, sobretudo, por meio da instituição de vilas e cidades com toponímia portuguesa. Tais núcleos urbanos não apenas imprimiram novas morfologias na organização do espaço, mas também atuaram como instrumentos eficazes de controle interno e como expressões tangíveis de uma nova materialidade colonial, manifesta em fortes, portos, igrejas, praças, sedes de intendência e outros equipamentos urbanos estratégicos.

Essa política de redefinição espacial e cultural também encontrava respaldo em instrumentos legais

específicos da Coroa Portuguesa. Um exemplo emblemático foi o Alvará Régio de 4 de abril de 1755, emitido por D. José I. Esse documento demonstra que parte das reformas pombalinas visava à integração e assimilação dos povos indígenas ao sistema colonial lusitano, sobretudo por meio do incentivo ao casamento misto entre portugueses e indígenas, concedendo-lhes os mesmos direitos e equiparando seus descendentes aos europeus (Varnhagen, 1857), numa tentativa de abolir distinções e condenar práticas discriminatórias.

Em complemento a essa redefinição geoestratégica e urbanística, no período pombalino na Amazônia, ocorrido entre 1750 e 1777, a Coroa Portuguesa implementou uma robusta política de proteção territorial, fundamental para salvaguardar seus interesses geopolíticos na região. Conforme observado por Almeida (2020), a estratégia defensiva fundamentava-se na “constante, ostensiva e marcante presença militar do estado lusitano” (p. 79), concretizada em diversas fortificações estrategicamente dispostas ao longo dos eixos hidroviários da foz do rio Amazonas. O propósito central dessa presença era coibir ou intimidar potenciais investidas de nações estrangeiras sobre as terras do Grão-Pará, especialmente na área que hoje corresponde à Amazônia Setentrional Oriental (Figura 1).

Figura 1. Fortificações Portuguesas no baixo Amazonas (Amazônia Setentrional Oriental).



Fonte: Adaptado de Almeida (2020).

A configuração hidrográfica e geomorfológica rebaixada do estuário e do delta amazônico desempenhou um papel decisivo nos planos de ocupação e proteção implementados pela Coroa Portuguesa no século XVIII. A paisagem fluvial da foz do Amazonas, caracterizada por um intrincado sistema de canais, ilhas e marés, condicionou diretamente a localização das fortificações militares, visto que os rios constituíam as principais — e, muitas vezes, as únicas — vias de penetração e acesso ao interior do ‘novo’ continente (Almeida, 2020).

A exploração de recursos naturais pelos colonizadores europeus no vale do rio Pedreira, conforme registros históricos, teve uma finalidade geoestratégica. Essa atividade estava intrinsecamente vinculada à extração de rochas da calha do rio Pedreira e de outros locais para a edificação do forte situado em Macapá, tombado como patrimônio cultural brasileiro em 1950, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), com o nome oficial de Fortaleza de São José de Macapá (FSJM) (Figura 2).

Figura 2. Visão geral da FSJM (A) e vista para o rio Amazonas de cima das suas muralhas (B).



Fonte: (A) disponível em: <<https://br.pinterest.com>>; (B) Almeida (2020, p. 80).

A FSJM foi erguida em um local elevado e estrategicamente selecionado, situado na margem esquerda do Canal Norte do rio Amazonas (A). Segundo Almeida (2020), do alto de suas imponentes muralhas — com alturas que variam entre 8,30 m e 9,30 m — era possível avistar, a olho nu e inclusive sob a luz do luar, grandes naus, caravelas, veleiros e navios (B/a) que navegavam pelo vasto trecho fluvial. A largura atual desse segmento atinge aproximadamente 12 quilômetros em relação à margem oposta (B/b). Essa notável capacidade de vigilância evidencia a perspicácia militar dos engenheiros responsáveis por sua construção, ao posicionarem meticulosamente a fortificação para assegurar uma visão panorâmica e desobstruída desse crucial segmento estuarino.

Edificada entre 1764 e 1782, com o emprego de mão de obra escravizada indígena e africana, a FSJM é reconhecida como o maior complexo fortificado lusitano na América Latina. Embora sua construção permaneça inconclusa e inexitem registros históricos de combates diretos em suas imediações, sua mera imponência, por si só, foi suficiente para intimidar a presença inimiga, atestando que o forte cumpriu sua função primordial na defesa territorial da Coroa Portuguesa. A esse respeito, Camilo (2003, p. 109) observa que:

No Brasil, as praças de guerra não tinham um caráter exclusivamente defensivo e guarnecedor da fronteira. Posicionavam-se como instrumentos de efetivação da soberania e domínio do território pela coroa portuguesa, expressando a concretude colonizadora, principalmente depois da Restauração e ao longo do século XVIII, e tendo um caráter político e prático, urbanizador na sua essência e finalidade. Tal afirmação pode ser sustentada quando comparamos os modelos arquitetônicos das fortificações brasileiras com as europeias, principalmente no que diz respeito à geometria das muralhas.

De fato, diversos assentamentos na Amazônia surgiram ou se expandiram em torno de fortificações. Macapá, nesse contexto, constitui um desses núcleos urbanos cuja organização e desenvolvimento foram

catalisados pela influência geopolítica inaugurada com a construção da FSJM.

A relevância da FSJM abrange, igualmente, a compreensão dos processos de exploração de recursos naturais e, em particular, minerais. Nesse contexto, Norat e Costa (2019) realizaram a caracterização físico-química dos materiais rochosos empregados em sua construção, confirmando seus locais históricos de origem. A pesquisa evidenciou que a maior parte das muralhas é composta por blocos de arenito ferruginoso (FSS) e crostas lateríticas ferroaluminosas (FLC), provenientes da calha do rio Pedreira e de outros pontos de extração.

Os dados obtidos em campo e na fortaleza, juntamente com informações históricas, o transporte de matéria-prima pelos rios (Pedreira e Amazonas) e as conexões geológicas, permitem a conclusão de que a principal fonte de matéria-prima do FSS usado na maior parte da FSJM veio da pedreira encontrada nas margens do Rio Pedreira, enquanto as FLC foram extraídas do local de implantação da fortaleza e de pontos da Ilha de Santana, que também foram mapeados na pesquisa (NORAT; COSTA, 2019, p. 227, tradução nossa).

Considerando a profunda familiaridade dos povos originários com o território e suas riquezas naturais, somado ao contexto de assimilação educacional promovida pelos jesuítas, é razoável inferir que as primeiras informações sobre a localização de recursos minerais, especialmente os materiais rochosos da calha do rio Pedreira, tenham sido transmitidas pelos nativos Tucujus aos portugueses.

Alguns vales fluviais do Amapá, como os dos rios Matapi, Curiaú, Pedreira e Macacoari, tornaram-se espaços centrais para o surgimento de novas socioterritorialidades, impulsionadas tanto pela formação de quilombos — compostos inicialmente por africanos escravizados fugitivos que trabalhavam na construção da FSJM e portos — quanto pela chegada de famílias de imigrantes portugueses e seus descendentes e escravos. Tal processo resultou na expulsão e no apagamento cultural de povos originários, alterando paulatinamente a configuração demográfica e cultural do sul e sudeste amapaense.

Para Almeida (2020), a região do vale do rio Pedreira representa um palco multifacetado, onde marcas de convergência de diversas culturas e do embate entre o domínio colonial, a incessante busca por liberdade e pertencimento tecem uma socioterritorialidade singular e diversificada, revelando as contradições derivadas das permanências estruturais do colonialismo.

O processo gradual de colonização da Amazônia (séculos XVII a XIX) caracterizou a transição do controle territorial pela sistemática substituição de topônimos. Nomes de rios, aldeias, povoados e locais estratégicos, antes carregados de significados indígenas, foram ressignificados por denominações portuguesas. Essa tática de produção espacial, ao reconfigurar a geografia cultural de povos e territórios invadidos, objetivava impor 'marcas territoriais' cruciais à afirmação e consolidação das fronteiras do domínio colonial (Almeida, 2020).

Contudo, a tática de produção espacial descrita, embora já empregada em séculos precedentes, atingiu um novo patamar de formalização e intensidade durante o período pombalino, com a implantação

das políticas na Amazônia entre 1750 e 1777. Nesse contexto, as alterações toponímicas tornaram-se ainda mais comuns. As reformas foram marcadas pela sistemática conversão de aldeias indígenas em vilas, sobretudo as que abrigavam missões religiosas. Para enfatizar a presença e o domínio lusitano, as vilas recém-instituídas recebiam nomes de cidades ou localidades tipicamente portuguesas, o que reforçava a imposição de uma nova identidade cultural e administrativa sobre os espaços do Grão-Pará e Maranhão, onde antes vigoravam as tradições e as formas de organização dos povos originários.

Em complemento a essas diretrizes e ilustrando sua aplicação prática, observa-se que, em 7 de junho de 1775, o então governador do Grão-Pará, capitão-general Mendonça Furtado — um dos principais administradores coloniais portugueses na região — ordenou a elevação de diversas aldeias à categoria de vila, formalizando a substituição de suas denominações indígenas por nomenclaturas de origem lusitana (Tavares, 2007). Entre as vilas instituídas nesse período, cujas denominações remetem a locais de Portugal, algumas encontram-se listadas abaixo (Quadro 1).

Quadro 1. Vilas criadas com nomenclaturas inspiradas em localidades ou cidades situadas em Portugal.

| Ano de Criação | Vilas | Referência toponímica a Portugal |
|----------------|--------------|---|
| 1750 | Abaetetuba | (—) |
| 1751 | Aveiros | Refere-se à Aveiro, cidade costeira conhecida como a "Veneza Portuguesa" |
| 1752 | Macapá | (—) |
| | Ourém | Cidade histórica de Portugal, notabilizada por seu castelo medieval. |
| 1757 | Colares | Vila na região de Sintra, em Portugal, conhecida pelos seus vinhos e paisagens. |
| | Maracanã | (—) |
| | Muaná | (—) |
| | Salvaterra | Refere-se a Salvaterra de Magos, uma vila portuguesa, no distrito de Santarém |
| | Soure | Vila portuguesa, também sede do Município de Soure, no distrito de Coimbra. |
| | Souzel | Topônimo variante de Sousel, vila localizada no distrito de Portalegre, em Portugal. |
| 1758 | Acará | (—) |
| | Alenquer | Vila histórica, pertencente ao Distrito de Lisboa. |
| | Almerim | Nomenclatura variante de Almeirim, cidade portuguesa, na região do Ribatejo |
| | Chaves | Cidade histórica no norte de Portugal |
| | Curuçá | (—) |
| | Faro | Cidade da região do Algarve, no sul de Portugal. |
| | Melgaço | Vila no norte de Portugal, na fronteira com a Espanha, conhecida pelo vinho Alvarinho. |
| | Monte Alegre | Embora não haja uma fonte oficial que confirme diretamente a homenagem a uma cidade portuguesa específica, o nome "Monte Alegre" é comum em Portugal. Há, por exemplo, uma freguesia chamada Monte Alegre no concelho de Valpaços, no norte deste país. |
| | Óbidos | Vila medieval fortificada, bastante famosa em Portugal. |
| | Oeiras | Município da Grande Lisboa, em Portugal, um importante polo empresarial. |
| | Portel | Uma Vila em Portugal, no Alentejo, onde há um castelo imponente. |
| | Porto de Moz | Faz alusão à vila portuguesa de Porto de Mós, pertencente ao distrito de Leiria, na província da Estremadura. |
| | Santarém | uma cidade importante no centro de Portugal (capital distrital) |

| | | |
|--|---------|--|
| 1770 | Mazagão | Embora a antiga cidade portuguesa de Mazagão seja hodiernamente conhecida como El Jadida, no Marrocos, seu nome ainda permanece fortemente vinculado à história colonial lusitana. |
| (—) Nomes de origem indígena ou sem alusão a Portugal. | | |

Fonte: Autores, com base em Tavares (2007).

Além das vilas mencionadas no quadro acima, Tavares (2007) afirma ainda que, durante a fase pombalina, a política de reconfiguração territorial não se restringiu às aldeias maiores. Lugarejos com contingentes populacionais menores também foram formalmente estabelecidos como povoados, recebendo nomes de origem portuguesa, como “Benfica, Monforte, Monsarás e Vila do Conde (1757); e Arrayolos, Alter do Chão, Boim, Esposende, Fragoso, Pinhel, Pombal, Veyros e Vila Franca (1758)” (p. 5).

A amplitude dessa política de reconfiguração toponímica ganha contornos ainda mais complexos no contexto do Amapá, refletindo uma história de ocupação e disputas territoriais que transcende a influência meramente lusitana. Neste estado, a coexistência de denominações de origens indígena e europeia é notória, com rios que possuem mais de um nome, por influência de franceses, ingleses, holandeses, espanhóis e portugueses. Destacam-se, por exemplo, algumas drenagens situadas entre os rios Araguari e Oiapoque, onde existem cursos d’água que mantêm suas nomenclaturas indígenas originais, como os rios Amapari, Tapiti e Caciporé, além de afluentes com designações francesas, a exemplo dos rios *Carnot* e *Macary* (atual Macarri).

A presença de topônimos franceses é diretamente atribuída ao conflito territorial secular conhecido como Contestado Franco-Lusitano, litígio fronteiriço ocorrido no Norte e no Nordeste do Amapá, travado inicialmente entre Portugal e França (1713-1822) e, posteriormente, entre Brasil e França (1822-1900). A história da pretensão francesa na região é longa, remontando ao início do século XVII, com tentativas de ocupação no Cabo do Norte, a fundação de colônias e fortes como o Orange e o do Araguari, e a reivindicação de áreas que se estendiam do Oiapoque à ilha do Maranhão (Lima; Chaves, 2022). Esse embate territorial será abordado na próxima sessão, que evidencia a cartografia como um instrumento crucial de poder nas demarcações de limites espaciais e disputas fronteiriça na Amazônia Amapaense.

3 A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: ANÁLISE DO CONTEXTO DAS DISPUTAS TERRITORIAIS NO AMAPÁ

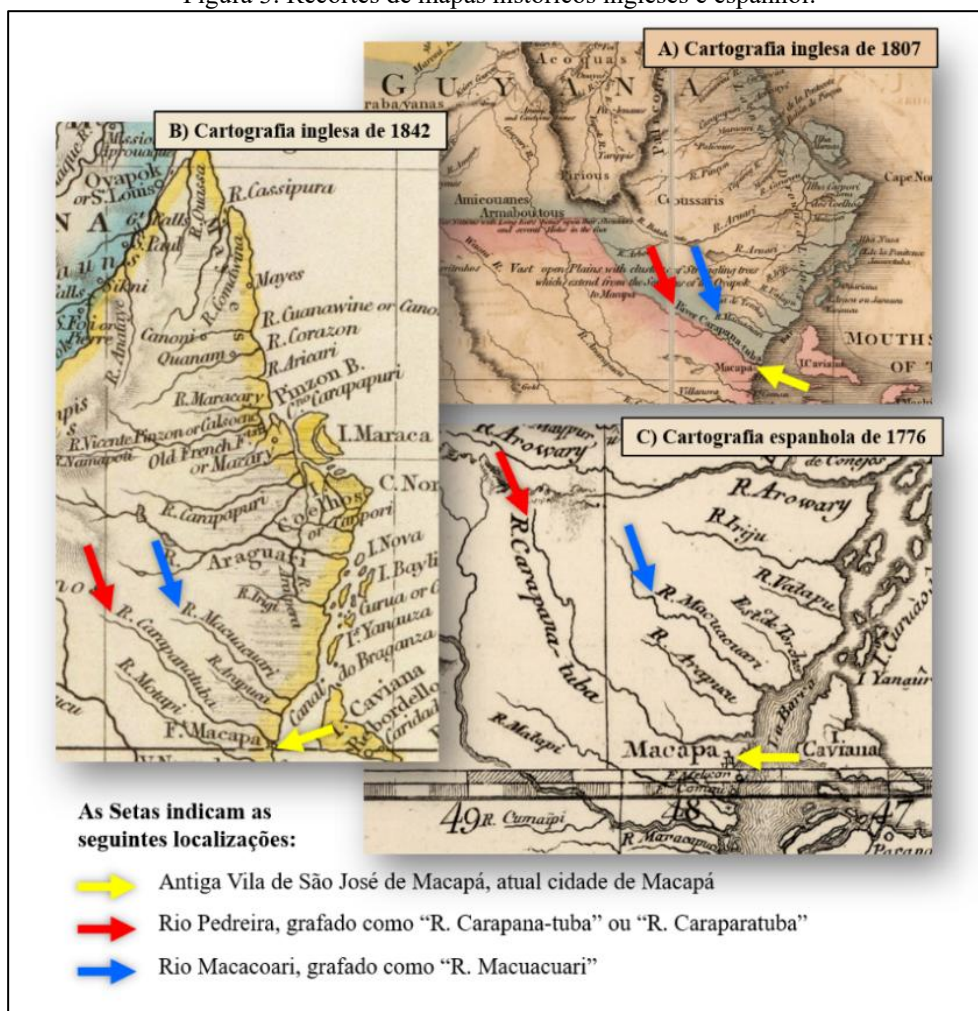
A cartografia atuou como uma ferramenta geopolítica fundamental nas disputas territoriais que moldaram a Amazônia amapaense entre os séculos XVIII e XIX. Conflitos fronteiriços, imprecisões cartográficas e tratados que tentaram definir limites caracterizam esse período, cuja culminação se deu na resolução da Questão do Contestado Franco-Brasileiro e na evidenciação do papel dos mapas como expressões de saber no decorrer da consolidação da conformação territorial.

3.1 DISPUTAS TERRITORIAIS E O TRATADO DE MADRID DE 1801: A CARTOGRAFIA NA DEFINIÇÃO DE LIMITES (SÉCULOS XVIII-XIX)

No âmbito das práticas de mudança de topônimos, o rio Pedreira, antes da presença europeia, detinha um nome de origem indígena. Sua atual nomenclatura, ‘Pedreira’, resultou de um longo e intenso processo de exploração das pedreiras distribuídas ao longo de suas margens, de onde, conforme mencionado, foram extraídos blocos rochosos para a edificação da FSJM.

Documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX revelam que o rio Pedreira era anteriormente denominado Carapanatuba, conforme ilustração abaixo (Figura 3). Atualmente, este topônimo designa a sede distrital de Carapanatuba, uma comunidade ribeirinha tradicional localizada nas proximidades da foz do rio Pedreira. É provável que esta comunidade tenha herdado o nome indígena original do rio.

Figura 3. Recortes de mapas históricos ingleses e espanhol.



Fonte: Elaborado com mapas históricos adquiridos no site David Rumsey (RUMSEY, 2019).

As produções cartográficas do passado continuam a intrigar geógrafos, cartógrafos e demais especialistas da área, sobretudo pela notável qualidade, rigor técnico e expressividade artística que exibem.

Esse reconhecimento é significativo, pois, até o final do século XIX, não existiam os modernos recursos geotecnológicos — como computadores, impressoras, sistemas de informação geográfica (SIG), sensores aerotransportados, imageamentos orbitais e os imprescindíveis sistemas globais de navegação por satélite (GNSS) — capazes de garantir a precisão que se alcança atualmente na coleta e organização de dados espaciais.

Embora confeccionados manualmente com tinta nanquim e em escalas cartográficas bastante reduzidas, e produzidos em uma conjuntura tecnológica incipiente, desprovida de recursos como a interpretação ortogonal da paisagem (visão aérea), os mapas históricos (A), (B) e (C), apesar de tudo, revelam um significativo esforço profissional e uma elevada destreza técnica e artística empregados em sua elaboração. Essa minúcia evidencia uma riqueza singular na construção do conhecimento geográfico do passado, marcada por numerosos registros toponímicos e uma notável densidade de informações espaciais. Adicionalmente, alguns documentos cartográficos antigos denotam uma impressionante habilidade na identificação e espacialização dos elementos naturais e artificiais que configuram o território.

Nota-se que a cartografia espanhola de 1776 (C) ainda representava as feições geográficas de modo monocromático e bidimensional, sem expressar qualquer rugosidade topográfica da superfície. Em contrapartida, as cartografias inglesas de 1807 (A) e 1842 (B) evidenciavam uma maior preocupação com a delimitação territorial, empregando cores contrastantes para realçar os limites fronteiriços e utilizando simbologias em alto relevo para representar as vertentes montanhosas.

Na cartografia de 1807 (A), os ingleses identificavam a área do contestado franco-lusitano como um vasto território pertencente à Guiana Francesa. Essa faixa territorial ultrapassava significativamente a margem direita do rio Araguari, que na época era apontado — ou confundido pelos franceses — como o rio Oiapoque.

[...] para o Brasil sua fronteira histórica, geográfica, política e jurídica com os vizinhos franceses deveria fluir pelo rio Oiapoque ou Vicente Pinson, que desemboca no oceano Atlântico. Já a França defendia o mesmo limite, mas considerava que o rio Oiapoque ou Vicente Pinson era o rio Araguari, localizado ao sul do cabo do Norte (Furtado, 2022, p. 81).

Paralelamente, enquanto os franceses cartografavam o rio Oiapoque como o rio Araguari, alguns mapas da época indicavam o rio Carapanatuba, atual rio Pedreira, como o limite entre as colônias portuguesa e francesa. Esse imbróglio evidenciava não somente a imprecisão da informação toponímica, mas sobretudo a fragilidade argumentativa dos franceses, que variavam inconsistentemente a posição geográfica dos supostos limites fronteiriços que alegavam. Contudo, a cartografia inglesa de 1842 (B) demonstrava a linha de fronteira entre Brasil e França sobre o rio Oiapoque.

O mapa inglês de 1807 (A), que retrata os limites fronteiriços da Guiana Francesa no rio Carapanatuba, possivelmente foi elaborado observando o Tratado de Madrid de 1801. Este documento

consistia em um acordo de paz estabelecido compulsoriamente pela República Francesa napoleônica ao Reino de Portugal, em decorrência da Guerra das Laranjas — conflito ibérico, ocorrido no mesmo ano, deflagado pela Espanha contra os lusitanos, sob influência francesa. Vale lembrar que, neste contexto, a Monarquia Espanhola era aliada da França, enquanto Portugal mantinha históricos laços de amizade e uma tradicional parceria comercial com a Inglaterra.

O Tratado de Madrid de 1801 era, na realidade, um desdobramento do Tratado de Badajoz (1801), o qual impôs duras exigências a Portugal, como o fechamento dos portos aos navios britânicos, a cessão da cidade de Olivença à Espanha e a redefinição da fronteira entre a América Portuguesa (Brasil) e a Guiana Francesa (Castro, 1857). Tais medidas geraram para o estado lusitano impactos econômicos e territoriais em níveis local, regional e ultramarino. Desse modo, o novo limite fronteiriço entre a colônia portuguesa e o território francês foi estabelecido ao longo do rio Carapanatuba, conforme o Artigo Quarto do Tratado de Madrid de 1801, que estabelecia:

ART. IV. Os limites entre as duas Guyanas Portuguesa e Franceza serão determinados no futuro pelo Rio Carapanatuba, que se lança no Amazonas a um terço de grau pouco mais ou menos do Equador, latitude septentrional, acima do Forte Macapá (Castro, 1857, p. 147, grifo nosso).

O trecho grifado do documento supracitado evidencia a imprecisão das coordenadas, decorrente do uso de instrumentos rudimentares como o astrolábio e a bússola magnética, amplamente empregados na navegação por orientação astronômica. O documento também aponta que a redefinição da fronteira entre as colônias portuguesa e francesa na América do Sul seria determinada em um momento futuro, sem especificar, no entanto, quando essa alteração de limites entraria em vigor.

Sob a curta vigência do Tratado de Madrid de 1801, alguns mapas ingleses já indicavam que a nova divisa fronteiriça sobre o rio Carapanatuba era reconhecida ou observada entre os britânicos, mesmo em um contexto de intensas rivalidades entre a França e a Inglaterra. Esse tratado poderia ter resultado na transferência definitiva de uma extensa área do território amapaense aos franceses. No entanto, com a invasão napoleônica a Portugal em 1807 e a consequente fuga da família real para o Brasil, os termos desse documento perderam a validade, reacendendo disputas territoriais que, após a independência do Brasil em 1822, ficaram conhecidas como a Questão do Contestado Franco-Brasileiro.

3.2 A RESOLUÇÃO DO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E O PAPEL GEOPOLÍTICO DA CARTOGRAFIA

Esse litígio fronteiriço foi resolvido em 1900, graças à notável habilidade argumentativa e meticulosa preparação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Durante o processo de arbitragem internacional conduzido pela Suíça, esse diplomata — que havia sido nomeado ministro

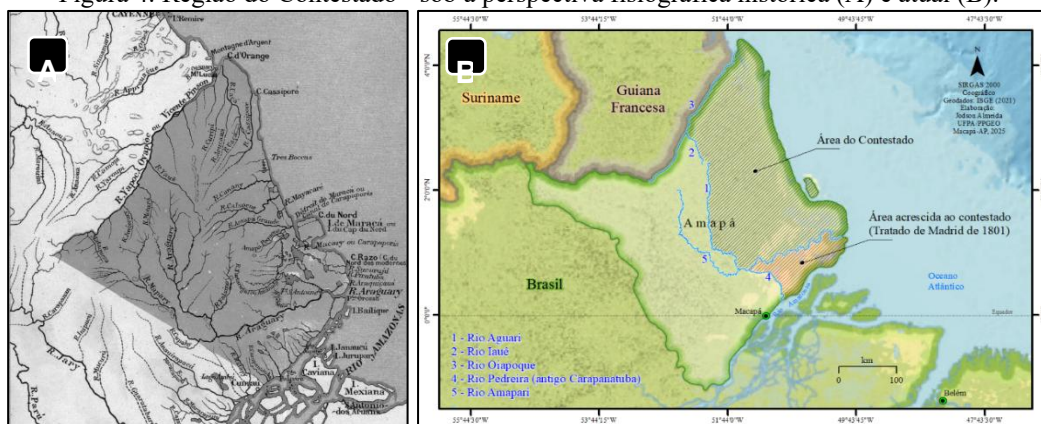
plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo suíço — fundamentou a defesa da fronteira brasileira em uma vasta e original pesquisa documental e cartográfica própria, que integrou e ampliou os importantes estudos geográficos e mapeamentos de Joaquim Caetano da Silva, demonstrando com precisão e coerência os limites históricos do norte do país (Furtado, 2022).

O desfecho favorável ao Brasil foi formalizado no Laudo de Berna de 1900, que ratificou o antigo Tratado de Utrecht de 1713 e reconheceu definitivamente o rio Oiapoque como divisa natural entre as colônias francesa e portuguesa. Consolidou-se, assim, a soberania brasileira sobre a região do contestado amapaense, encerrando décadas de disputas e litígios territoriais com a França. Contudo, no plano local, alguns conflitos entre brasileiros e franceses persistiram e se intensificaram por algum tempo, impulsionados principalmente pela descoberta de ouro na região de Calçoene (Nordeste amapaense).

Caso o Brasil não fosse favorecido pelas circunstâncias geopolíticas provocadas pela ameaça expansionista de Napoleão Bonaparte, na Europa — que culminaram na transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 — e tampouco houvesse obtido êxito no Laudo Arbitral Suíço de 1900, que garantiu ao país a posse definitiva da região do contestado (então Costa Norte Setentrional do Pará), o conflito franco-brasileiro poderia ter-se prolongado por mais tempo.

Diante dessas conjecturas, é plausível considerar que o estado do Amapá não apresentaria hoje a dimensão territorial de 142.253,880 km² (IBGE, 2024) e, nesse cenário hipotético, provavelmente parte da bacia hidrográfica do rio Pedreira pertenceria ao território da Guiana Francesa (Figura 4).

Figura 4. Região do Contestado - sob a perspectiva fisiográfica histórica (A) e atual (B).



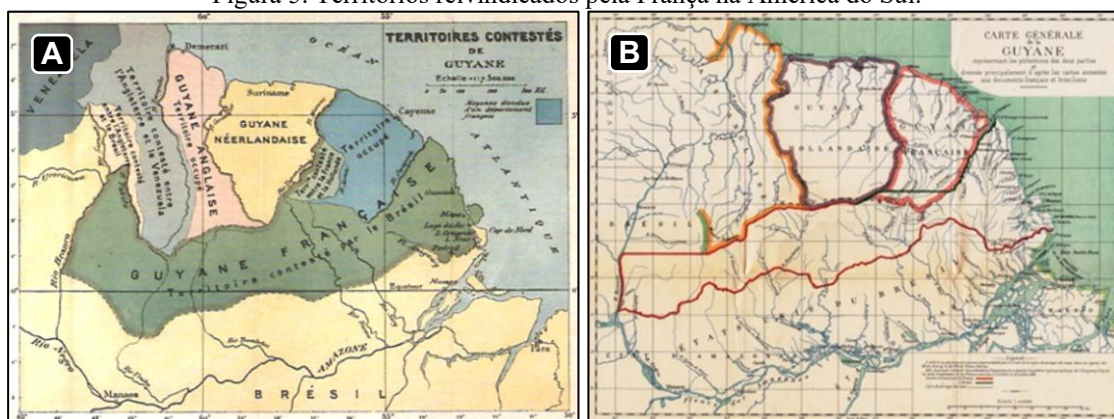
Fonte: Mapa (A) de Brasil (2008, p. 364) e mapa (B), gerado pelos autores.

Na figura acima, a área reivindicada pelos franceses, apresentada na cartografia (A) do século XVIII, dividia o território amapaense por uma linha reta (limite seco), ignorando a fisiografia natural. As poligonais hachuradas no mapa (B), por sua vez, foram delineadas para simular a extensão da região contestada. Nesse modelo, a base territorial do estado do Amapá foi segmentada pelos rios Pedreira, Araguari, Iauê e Oiapoque, de acordo com o entendimento fisiográfico vigente.

Os recortes espaciais hachurados no mapa (B) indicam que a zona de litígio inicial abrangia cerca de 55.425,48 km², enquanto a porção incorporada pelo Tratado de Madrid de 1801 compreendia aproximadamente 8.935,55 km². Somadas, essas duas áreas corresponderiam hoje a cerca de 45,24% da superfície territorial do estado do Amapá. Atualmente, elas englobariam, integralmente, os municípios de Amapá, Calçoene, Cutias, Itaubal, Pracuúba e Tartarugalzinho, além de abrangerem partes dos territórios de Ferreira Gomes, Macapá, Porto Grande e Oiapoque.

Ressalta-se, porém, que os franceses — seja por equívoco ou intencionalidade — extrapolavam significativamente os limites da área reivindicada. Tal atitude demonstrava uma confusão espacial quanto à localização e à dimensão de suas fronteiras, especialmente em relação à posição geográfica do rio Oiapoque, cujas nascentes também eram frequentemente confundidas com as cabeceiras do rio Amapari. Essa imprecisão é claramente exemplificada nos mapas históricos a baixo (Figura 5), que superdimensionam de forma notável a extensão territorial da Guiana Francesa.

Figura 5. Territórios reivindicados pela França na América do Sul.



Fonte: mapa (A) Granger (2011, p.161) e mapa (B) Disponível em:

<<https://historiaeconversasdiplomaticas.blogspot.com/2018/06/a-questao-do-amapa-conhecendo-historia.html>>.

Além da região do contestado amapaense, outras áreas fronteiriças do norte do Brasil foram recorrentemente cartografadas por diferentes nações ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse período, os mapas eram considerados objetos raros e altamente estratégicos, alguns até reconhecidos como documentos confidenciais, detentores de importantes segredos de Estado.

Em geral, os documentos cartográficos produzidos por países europeus como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica e Holanda — sobretudo durante o período das grandes navegações — eram elaborados conforme os interesses geopolíticos e desempenhavam papel crucial nas disputas entre os impérios coloniais, sendo especialmente utilizados para (re)afirmar fronteiras ou legitimar territórios. É notável como esses mapas, desenhados e ilustrados com figuras de apreciável valor artístico, revelavam ideologias e políticas para o controle do Território, expressando o nível de intervenção e incluindo frequentemente símbolos como “brasões, insígnias, bandeiras, armas, navios de guerras, fortificações”

(Lima; Chaves, 2022, p. 204).

Em outros contextos conflitantes, observa-se que a cartografia e algumas teorias geográficas, como a do espaço vital (*Lebensraum*) de Friedrich Ratzel (1897), que postulava a necessidade de um Estado ampliar seu território para garantir sua sobrevivência e poder — foram historicamente distorcidas e utilizadas como instrumentos ideológicos para justificar a dominação ou a expansão imperialista.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), a campanha expansionista nazista do III *Reich*, impulsionada com base na teoria do *Lebensraum*, constitui um clássico exemplo de como o pensamento científico pode ser intencionalmente deturpado. Não por acaso, o geógrafo francês Yves Lacoste (1976) difundiu, no campo epistemológico, a ideia provocativa de que a geografia serviria, antes de tudo, para fazer a guerra. Desconstruindo, de forma crítica, o paradigma da suposta ciência geográfica imparcial.

Segundo Lima e Chaves (2022), a cartografia assumiu um papel tão central nas disputas territoriais que, antes mesmo da ‘descoberta’ do Brasil, a antiga Terra de Vera Cruz já era concebida como um território imaginário, demarcado e cartografado conforme as pretensões ibéricas. Desse modo, o Tratado de Tordesilhas (1494) constituiu-se em um instrumento fundamental de reivindicação territorial desde seus primórdios.

Portanto, os mapas não são meras representações objetivas e neutras da realidade, mas expressões de saber e poder. Por meio deles, o conhecimento geográfico não apenas redesenha o espaço, como também o molda conforme interesses geopolíticos diversos. As controvertidas representações da região do contestado franco-brasileiro evidenciam o papel histórico da cartografia não somente como recurso de disputa simbólica, mas sobretudo como ferramenta de dominação territorial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação lusitana na região amazônica envolveu uma sofisticada articulação entre a instrumentalização da catequese jesuíta e as políticas de centralização pombalina. Nesse intrincado cenário, a cartografia desempenhou um papel central, atuando como ferramenta geopolítica decisiva na delimitação e contestação de limites. Os mapas eram, e continuam sendo, documentos ativos nas disputas de fronteiras, traduzindo as reivindicações de soberania e legitimando as estratégias de domínio territorial.

A compreensão das dinâmicas históricas oferece valiosas lentes para a análise de processos de reconfiguração territorial e disputas geopolíticas contemporâneas, reforçando a premissa de que o espaço, manifestado como território, é uma construção imbuída de relações de poder.

O estudo da Amazônia Amapaense nos séculos XVII e XVIII revela que a conformação do território brasileiro é um palimpsesto de interesses e estratégias, onde cada mapa, cada nome e cada fortificação contam a história de uma luta incessante pela soberania e pelo controle, configurando um legado geopolítico que ecoa até os dias atuais.



Para desvelar as múltiplas camadas de dominação e resistência que moldam a região, uma abordagem interdisciplinar e crítica, que articule história, geografia, sociologia e estudos culturais, torna-se imperativa. Através dessa perspectiva integrada será possível contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas, valorizar as identidades e saberes locais e, assim, superar as permanências coloniais na construção de uma socioterritorialidade que respeite a diversidade e a autonomia dos povos amazônicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jodson Cardoso de. Fronteira agrícola na Amazônia: análise da dinâmica do uso múltiplo da bacia do Rio Pedreira no Estado do Amapá. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/DISSERTACAO-JODSON-CARDOSO-DE-ALMEIDA.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- CAMILO, Janaína Valéria Pinto. Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.273794>. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/273794>>. Acesso em: 25 maio 2024.
- CASTRO, José Ferreira Borges de. Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e mais potencias desde 1640 até ao presente. Tomo IV [volume 4]. Lisboa, Imprensa Nacional, 1857. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518638>>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FURTADO, Brenna Kásia de Almeida. O contestado franco-brasileiro na obra do Barão do Rio Branco: uma análise das memórias de Rio-Branco sobre a fronteira do Amapá (século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2022, f. 95 Disponível em: <<https://www2.unifap.br/ppgh/files/2022/10/DISSERTACAO-BRENNA-KASIA-DE-ALMEIDA-FURTADO.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 40. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- GRANGER, Stéphane. Le Contesté franco-brésilien : enjeux et conséquences d'un conflit oublié entre la France et le Brésil. Outre-Mers n° 372-373, Paris, 2° semestre de 2011, p 157-177. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/outre_1631-0438_2011_num_98_372_4577>. Acesso em: 15 mai 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil/Amapá. [Rio de Janeiro: IBGE], 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>>. Acesso em: 08 mai 2024.
- LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre. Paris: François Maspero, 1976, 1 ed.
- LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; CHAVES, Patrícia Rocha. Geografia ultramarina sob a vigência do tratado de Tordesilhas na Amazônia setentrional brasileira – cabo do norte. Planeta Amazônia, n. 14, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/planetaamazonia/article/view/219>>. Acesso em: 08 nov 2025.
- NORAT, Roseane da Conceição Costa; COSTA, Marcondes Lima. Characterization, usage and provenance of building rocks in the Fortress of São José of Macapá (Amazon, Brasil). Engineering Geology, v. 253, 2019, p. 214-228, ISSN 0013-7952, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enggeo.2019.03.022>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0013795218300206>>. Acesso em: 30 maio 2024.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RATZEL, Friedrich. Politische Geographie. Munique: R. Oldenbourg (ou Duncker & Humblot), 1897. Disponível em: <<https://archive.org/details/politischegeogra00ratzuoft/page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 01 mai 2024.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUMSEY, David. Map collection: cartography associates, 2019. Disponível em: <<https://www.davidrumsey.com/>>. Acesso em: 30 mar 2019.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. História do Amapá. Valcan Ltda, 6ª Edição. Macapá, 2001.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Geopolítica portuguesa, controle e formação territorial na Amazônia dos séculos XVII-XVIII: os fortes, as missões e a política pombalina. APGEO, 2007, Lisboa, p. 17-20. Disponível em: <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_VI_Congresso_APG/actas/_fich/41-M._Goretti_Tavares_-_Geopol%EDtica_portuguesa,_controle_e_forma%E7%E3o_territorial....pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Historia Geral do Brazil, vol. 2, Casa E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro em 1857. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=G10OAAAAQAAJ&pg=PA242&dq=alvar%C3%A1+%22+de+abril+de+1755%22&lr=#v=onepage&q=alvar%C3%A1%20%22%20de%20abril%20de%201755%22&f=false>>. Acesso em: 30 ago. 2024.